

ABRIL

revista de reflexão socialista

ABRIL 78

25\$00

3

- A transição socialista e a questão do poder — debate sobre as teses de Martins Pereira com a participação de Fernando Belo
- Socialismo ou clientelismo?
- Dossier sobre a social-democracia
- Diálogo com Jorge de Sena
- Abelaira: magia, literatura e revolução
- O outro lado da política (Serras Pereira, João Lopes)

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA SOCIALISTA FRATERNIDADE OPERÁRIA

A TRANSIÇÃO SOCIALISTA E A QUESTÃO DO PODER

JOÃO MARTINS PEREIRA

“Nem sucumbir como no Chile, nem trair como em Portugal.” Em França, “não sejamos os actores do não há duas sem três”. Eis duas fórmulas que, bem vistas as coisas, se assemelham a outra de gosto maoísta: “ousar vencer”. “A transição socialista” é, em larga medida, um programa económico para esta vitória. Da esquerda. Da revolução.

A transição socialista de Serge-Christophe Kolm é a primeira tentativa séria de estudar os problemas concretos que a revolução poderia pôr num outro país (sobretudo “desenvolvido” — a França), apoiando-se nas lições do Chile e de Portugal. Devemos saudar a iniciativa.

Com efeito, no decurso dos anos de 1974 e 1975, Portugal viu passar, com a mesma massa de jovens que vinham participar na festa revolucionária, quase toda a elite dos intelectuais que, na Europa ou noutro lado, se haviam debruçado, ao longo dos anos, sobre os problemas políticos da revolução e do socialismo. Uma coisa que particularmente nos chocou, a nós, portugueses (e talvez antes de nós aos chilenos, suponho), foi o facto de virem, na maior parte das vezes, com uma atitude mais de pontífices do que de aprendizes. No máximo, procuravam verificar a justeza das suas reflexões anteriores. E o que se ia desenrolando era de tal modo denso e rico que cada um encontrava sem dificuldade “experiências” que confirmavam os seus pontos de vista. Voltavam assim tranquilamente para suas casas, publicavam uma série de artigos ou mesmo um livro — que poderiam ter escrito a partir de informações de imprensa sem terem que se deslocar.

Além disso, a maior parte destes turistas políticos dirigiam-se aos seus “homólogos” portugueses ou àqueles que, julgavam eles, o eram. Acabavam, afinal, por verem os acontecimentos

Em 1977, publicou João Martins Pereira a mais completa e importante análise político-económica do processo “revolucionário” português: **O socialismo, a transição e o caso português** (Livraria Bertrand). Esta obra, extremamente polémica, não suscitou a atenção que merecia. E, sobretudo, não parece ter levado as forças políticas a extrair algumas lições para deslocarem um pouco a fixidez sonâmbula dos seus discursos. Silêncio significativo. Que se regista. A seu tempo se verá (e vai vendo) o preço de tais silêncios.

Neste número de ABRIL, publicamos uma síntese das teses de Martins Pereira que este realizou num texto incluído num volume organizado por Serge-Christophe Kolm e intitulado **Solutions Socialistes** (Ramsay, 1978). O livro de Kolm é uma recolha de depoimentos e ensaios

sobre o seu livro anterior, **La transition socialiste**.

Inserimos ainda um estudo de Fernando Belo, ensaísta e professor, que trabalhou com Martins Pereira na **Gazeta da Semana**, e onde se faz uma análise extremamente minuciosa das teses de Martins Pereira. O ensaio de Fernando Belo constitui peça fundamental para a inteligência do processo político português. E do que vai pelo mundo. Escrito em Junho de 77, este texto destinava-se a aparecer, juntamente com outros, num “dossier” de debate em torno do livro de Martins Pereira, com resposta final deste. Fracasado o projecto, Fernando Belo enviou-nos o seu texto para publicação. O debate continuará em aberto — evidentemente. Esperemos que a nossa iniciativa suscite outras intervenções.

UM LIVRO: «A transição para o socialismo» de S-C Kolm

O livro de Serge-Christophe Kolm, *La transition socialiste (la politique économique de gauche)*, foi publicado na Editorial Cerf em Abril de 77. Este livro pretende responder a dois tipos de questões: 1) Quais as consequências da aplicação de uma política económica “de esquerda” num país de tipo ocidental? Responde-se graças à análise comparada dos dois casos em maior evidência, o Chile de 71-73 e o Portugal de 74-75, e procura-se perceber o que se passaria, por exemplo, em França. 2) Qual a boa política económica de esquerda, isto é, aquela que não acaba nem pelo fracasso político, nem pela traição social? A análise socio-económica permite responder.

Kolm analisa o processo habitualmente desencadeado pela vitória eleitoral das forças de esquerda. Que sucede? Há um aumento imediato dos salários. Contudo, estes aumentos são recuperados pela inflação que rapidamente torna as coisas piores do que antes. Porque, quando se aumentam os salários, não há possibilidades de compensar as empresas nem pelo aumento dos preços de venda nem pela possibilidade de despedir. Donde, verifica-se o desaparecimento do lucro. É a paralisação dos investimentos. Que fazer? Um único recurso: o crédito dos bancos nacionalizados. Contudo, a procura de bens de consumo aumenta; pressionada pelo aumento dos salários. Isto traduz-se em falta de alimentos, bichas e descontentamento popular. Torna-se necessário importar mais, o que diminui divisas. Importando mais, a inflação aumenta. É preciso então desvalorizar. Em breve, o governo de esquerda está confrontado com dois dados: o ressentimento popular e a necessidade de recorrer aos empréstimos externos. Qual a solução que Kolm entrevê? A de um Governo de esquerda, aproveitando a desorientação inicial da direita nos cem primeiros dias, encetar desde o início um conjunto de medidas que se orientem decididamente no sentido de configurar imediatamente as finalidades da nova sociedade. Trata-se, não de ceder no campo dos salários, mas de actuar de modo a que os trabalhadores sintam que qualquer coisa muda no capítulo dos poderes, sobretudo no interior das empresas. Se o processo deve terminar pela vitória do não-mercado, é necessário desde o princípio reduzir ao máximo os mecanismos de mercado. Perdido o tempo desta entrada, todo o processo fica comprometido. O rol das consequências já o conhecemos de cor — nós, portugueses.

com óculos viciados, de tal modo que, às vezes, no final da sua estadia, produziam verdadeiros monstros⁽¹⁾.

Pelo contrário, o livro de S.-C. Kolm, extraindo a lição dos acontecimentos, é a primeira excepção. Proponho-me discutir algumas das questões essenciais que ele levanta. Sobretudo, por causa dos limites — a economia — que o próprio autor a si mesmo fixou. Mas, antes disso, gostaria de observar que os dados de base de que o autor se serve para caracterizar, de um ponto de vista económico, o que se passou em Portugal, estão suficientemente precisos para poderem fundamentar a análise⁽²⁾. E creio que o mesmo sucede para o Chile. Sendo assim, debruçar-me-ei sobre as conclusões deles tiradas e as teses resultantes (o que Kolm chama “a boa política”).

As grandes linhas de uma política económica revolucionária são apresentadas por S.-C.K. com muito rigor. Reduzir “desde o início” a importância do mercado e das trocas monetárias, fazer uma política de independência económica (“contar com as próprias forças”, “mais autonomia”, etc.), apontar para uma nova racionalidade de gestão a todos os níveis, promover o “poder dos trabalhadores” e todas as formas de democracia directa, motivar, informar. Sobretudo, desde o início, apontar para o fim e andar depressa.

As medidas muito pormenorizadas que são propostas nos diversos domínios da economia enquanto concretização destes princípios parecem-me, de um modo geral, correctas, até mesmo imaginativas, e, dum ponto de vista económica, coerentes.

Mas a gente interroga-se: todos ests verbos enunciados (reduzir, fazer, apontar, promover, motivar, informar) — quem é o sujeito deles? O autor limita-se a responder: a esquerda, a verdadeira esquerda. Parece demasiado fácil ficarmos com essa resposta. Seria, com efeito, fazer como se fosse possível pôr entre parênteses “o político” e, em particular, a natureza de classe do poder de Estado na análise dum processo revolucionário ou mesmo na simples formulação de uma estratégia para uma tal situação. Ora, uma revolução é, segundo a expressão de S.-C.K., “uma mudança social geral e profunda”, e não apenas, segundo uma definição que ele (infelizmente) atribui ao marxismo, “uma alteração da infraestrutura, da estrutura de propriedade”.

Em jeito de introdução a uma análise mais pormenorizada das relações entre o político e o económico num processo revolucionário e sobretudo do papel decisivo da luta de classes na evolução destas relações, apresentemos uma breve observação. É devido à sobrevalorização da “questão da propriedade” que S.-C.K. podia dizer, no Verão de 75, a propósito de Portugal, que “o processo é irreversível”, que “aconteça o que acontecer as nacionalizações e a reforma agrária permanecerão”, que “não há dúvida que a expropriação da terra irá até ao fim”, que “as diversas liberdades individuais estão hoje com certeza seguramente adquiridas”, etc. Ora que se vê hoje? No momento em que escrevo (fim de Julho de 77), uma nova “lei da Reforma Agrá-

ria” proposta pelo Partido Socialista, e que reconstitui a grande propriedade capitalista no Alentejo, acaba de ser votada e aprovada; um decreto recente autoriza que a gestão de empresas nacionalizadas possa ser dada “em concessão” a entidades privadas⁽³⁾; dentro de alguns dias (sempre com os votos dos partidos da direita) outra lei será aprovada, e que atribui aos antigos grupos monopolistas substanciais indemnizações, susceptíveis de serem imediatamente reconvertidas em capital de novas empresas; as desocupações de casas e a devolução de empresas aos antigos patrões prosseguem; e, por fim, começa a haver dificuldades para fazer aparecer textos “menos conformistas” (falo disto por experiência) na grande imprensa quotidiana, na maior parte estatizada e ameaçada por um projecto de lei do governo de ser “posta em ordem”, à imagem dos grandes órgãos de informação que o Governo controla politicamente (TV, *Diário de Notícias*, agência A. N. O. P., etc.), em que a informação “oficiosa”, ou mesmo a censura mal escondida, se tornaram regra.

Por que razão as previsões de Kolm se revelaram demasiado audaciosas? Por que razão o que elas julgavam adquirido é hoje posto em causa? Eis a questão de fundo. Tudo isto foi possível porque o poder político de Estado nunca foi um poder revolucionário. Em termos de luta de classes, pode-se dizer que, na sociedade civil, a relação de forças durante um período inverteu-se: os trabalhadores, o movimento de massa, estavam, por uma vez, em posição nitidamente ofensiva. Mas as estruturas de poder político, do aparelho de Estado, mantiveram-se quase integralmente: só “os ocupantes dos lugares” mudaram. Por conseguinte, uma simples mudança de pessoal político pôde, sem demasiada dificuldade, restabelecer um poder burguês “sem máscara”, mesmo se as relações sociais estão ainda longe do que eram antes de 1974.

É aqui que é preciso ver a razão pela qual, em situações deste tipo, mesmo quando tudo parece “ir depressa”, não se vai necessariamente na “boa direcção”, não se visa desde o início a “boa sociedade”, não se atacam verdadeiramente os mecanismos de mercado. Acontece, no máximo, que, como nota S.-C. K., em situações de crise revolucionária (prefiro dizer: pré-revolucionária), o poder se mostre “vacilante” e fraco, e que isto permita ao “poder popular” impor-se e alterar a estrutura da propriedade a um ponto tal que pode dar a **impressão** de irreversibilidade. Mas este é o ponto capital da dialéctica social: o poder popular impõe-se **porque** o poder de Estado é fraco. O que quer dizer que, se o poder de Estado não fosse fraco, não haveria alteração social, e seria a ordem (antiga) que se imporá. S.-C. K. resolve facilmente o problema: admite que um poder de Esquerda pode, **na ordem**, dinamizar o seu próprio contra-poder — “em todo o lado os soviets”. Mas qual seria o poder de esquerda a fazê-lo? Uma frente popular apoiada numa maioria eleitoral frágil.

preocupada com tranquilizar toda a gente (incluindo os seus próprios inimigos) e apresentar-

-se como um “verdadeiro governo” responsável? Não; o programa económico contido em **La transition socialiste** só poderia ser aplicado por um poder revolucionário, forte, esse, nascido do impulso do movimento de base e que varreria poder de Estado burguês — e não é isto, sejam quais forem as suas “boas intenções”, uma Frente Popular. O programa proposto por S.-C. Kolm não é um aperfeiçoamento do programa da “esquerda” francesa, é algo de outra natureza.

Como aliás se poderia imaginar que um programa económico que atacasse tantos direitos adquiridos e privilégios, que se propusesse destruir as relações mercantis (que são muito mais relações sociais do que relações económicas ou de troca material), que, no seio do Mercado Comum, tendesse, tanto quanto possível, para “mais autonomia”, como é que este programa poderia ser aplicado por um poder “vacilante”? Só um poder forte, mas que fosse a expressão de uma imensa democracia dos trabalhadores, poderá fazê-lo. Como chegar a este poder, o único que permitirá superar a contradição poder do Estado/poder das massas — eis a grande dificuldade a vencer para arrancar para a verdadeira transição.

Tomemos o exemplo do comércio externo. Diz S.-C. Kolm: “A escolha entre tirar vantagem das possibilidades oferecidas pelas trocas internacionais e maior ou menor autonomia, entre trocar e contar com as próprias forças, é sem dúvida a principal opção a tomar em matéria de economia externa na situação considerada.” Pergunta-se: **quem** tomará esta opção? Em economia de mercado, ninguém faz tais opções globais concernentes à estrutura do comércio externo: a capacidade produtiva nacional, o comportamento da procura, as condições da concorrência internacional, o jogo das elasticidades combinadas e outros factores secundários acabam por determinar o volume e o valor relativo das importações e exportações. É claro que qualquer governo, mesmo o mais liberal, pode tomar (e toma por vezes) medidas de intervenção procurando equilibrar a balança comercial e, mais geralmente, a balança de pagamentos. Mas pensar que através de medidas restritivas mais ou menos clássicas se chegará a orientar rigorosamente o comércio externo (até a reduzir o seu volume global), a criar obstáculos às exigências de uma procura fortemente acrescida e rapidamente modificada na sua estrutura, sobretudo a partir de uma situação de pleno emprego das capacidades nacionais, e reorientar a produção nacional no “bom sentido” — seria desconhecer as enormes contradições que atravessam um poder político do tipo frente popular, e portanto, a sua fraqueza estrutural. Seria subestimar, face a esta mesma fraqueza, o poderio intacto de um sector privado ligado à importação-exportação, as pressões e ameaças vindas do exterior. É sobreestimar a capacidade e a vontade de um tal governo de violar as regras da livre-troca que inspiram os acordos europeus.

Quer dizer que os objectivos de política económica externa preconizados por S.-C. K. exi-

A relação das forças sociais e a natureza do Estado.

gem um poder forte, num primeiro tempo, que se apossará das rédeas, pelo menos inicialmente, dos sectores chaves do comércio externo. Não há outra forma de lutar contra o mercado mundial. E a acção do mercado mundial é terrivelmente subversiva em relação a qualquer tentativa revolucionária se deixarmos que tenha um "contacto directo" com as estruturas de produção e consumo nacionais. Também isto é uma lição do Chile e de Portugal. Sem isto, a política voluntarista de preços recomendada por S.-C. K. ao nível nacional será desmantelada sem grande dificuldade — mesmo se fosse decidida e aplicada — pela acção da concorrência internacional em mercado aberto, ou mesmo bastante protegido. Sem falar de outros efeitos conhecidos de acções cometidas a coberto das relações comerciais privadas com o estrangeiro (sub — ou sobre-facturações, por exemplo). Isto leva-nos à necessária **globalidade** de um processo revolucionário.

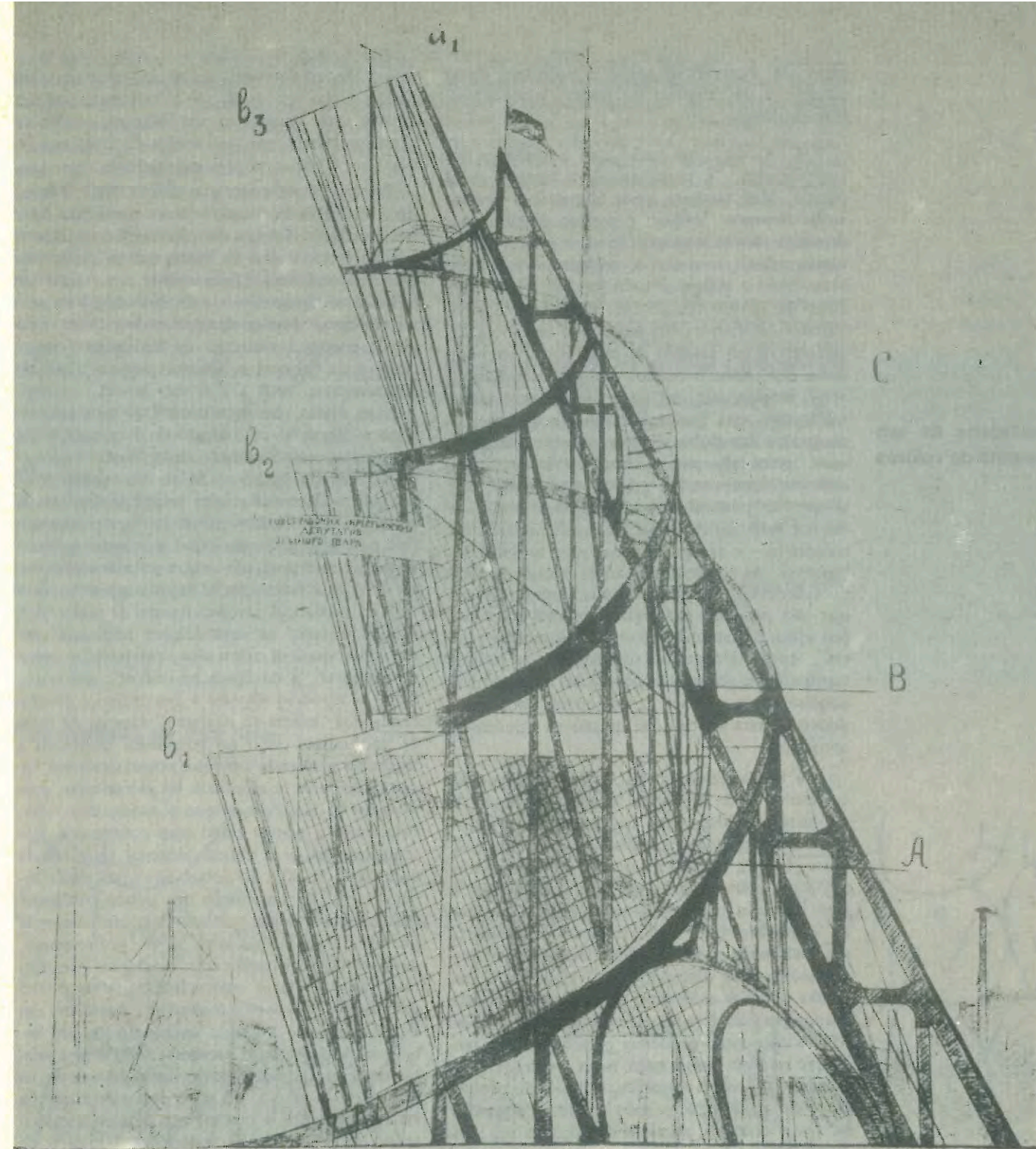
O capitalismo não é, como sugere S.-C. K. ao referir-se ao marxismo, "uma certa estrutura de propriedade do capital". O grande inimigo não é, segundo ele, este capitalismo, mas o mercado. Para quê fazer esta distinção? O mercado, em sentido estrito, é a expressão do funcionamento económico do capitalismo (mais precisamente do modo de produção capitalista). Ora o capitalismo é mais do que isso: pode-se mesmo dizer que, afinal, as relações mercantis, de mercado, apenas escondem ou tornam opacas, por detrás das aparências da livre troca e da livre iniciativa, as relações sociais de exploração e dominação — as que são essenciais. É por isso que, por um lado, atacar o mercado em termos simplesmente económicos é insuficiente, e que, por outro lado, mesmo uma tal acção limitada engendra reacções em cadeia nos planos, decisivos, social e político. Não podemos atacar parcialmente certos fenómenos de mercado se não estivermos conscientes do que vem a seguir e se não estivermos para tal preparados. É impossível fixarmos rigorosamente até onde queremos ir, estabelecermos limites a não ultrapassarmos. E isto, precisamente, porque o capitalismo é um sistema **global**: não podemos atingi-lo em certas zonas sem o atingirmos globalmente, isto é, sem provocarmos uma reacção **generalizada** das forças dominantes (e daquelas que suportam a sua hegemonia).

E chegamos aqui a outra questão importante. Como diz S.-C. K. a propósito do Chile, é muito perigoso pensarmos que as acções de obstrução ao desenvolvimento do processo revolucionário são resultado do "carácter mau de (certas) categorias de indivíduos". Isto pertence a uma concepção moralizante ou maniqueísta da política e sobretudo da luta de classes. Um empreendedor capitalista (cujo coração pode mesmo pulsar "à esquerda") que, perante as ocupações de fábricas, perante a subversão das hierarquias, perante a fraqueza do poder na manutenção da ordem, não só deixa de investir, mesmo se tem os fundos necessários, mas ainda reduz a produção ou tenta colocar capitais no estrangeiro, este empreendedor age **logicamente** do ponto de vista dos seus estritos interesses económicos: não está seguro do futuro e isto exige-lhe prudência, mi-

nimização dos riscos, no melhor dos casos a expectativa de que "a tempestade passe". E não o faz por ser mau, faz porque é **capitalista**. Ora da acção acumulada de todos os capitalistas no mesmo sentido resulta uma "acção de classe" que acaba por tomar **uma qualidade política** e pôr em perigo o novo poder político. É o sistema que se defende através dos seus mecanismos estruturais: julgando-se excluído do comando político, o "bloco" dominante retrai-se imediatamente (e sem por qualquer maldade ou intenção deliberada) no seu poder económico — que está longe de ser apenas o dos monopólios. A mais simples acção do mais insignificante dos empreendedores contribui para reforçar a "crise". O que não quer dizer que, neste domínio, não haja comportamentos politicamente conscientes, de "sabotagem" caracterizada. Mas o que é decisivo, uma vez mais, é o fenómeno global, a paralisia global dos mecanismos económicos. E, para a combater, a acção deve ser em primeiro lugar política. Por isso é preciso que o poder seja forte e que os trabalhadores se reconheçam nele.

Em Portugal, como no Chile, o poder político afirmava-se "ao serviço dos trabalhadores". Os trabalhadores não se enganam tão facilmente. Com efeito, estes governos tentam sempre conciliar até ao fim interesses inconciliáveis: não se pode permitir as ocupações das casas de habitação porque isso vai desencorajar os investidores privados no imobiliário e aprofundar a crise do sector da construção civil. O mesmo quanto às medidas drásticas relativas às rendas altas, etc.. Entretanto, enquanto o governo se debate com tais hesitações, as ocupações prosseguem e ninguém investe há meses um tostão no sector imobiliário. Outro exemplo: não se pode fixar um salário máximo nacional bastante baixo (embora "confortável") porque isso vai desencorajar os quadros e ameaçar a produção. Mas, ao mesmo tempo, as medidas favorecendo o controlo dos trabalhadores sobre a gestão, o poder adquirido pelas "comissões de trabalhadores" nas empresas e as acções patronais (ver *supra*) puseram já em causa os quadros no que para eles é vital (o prestígio, a segurança, a autoridade na empresa) e fizeram fugir alguns, assim contribuindo para a quebra de produção.

Tudo isto nos leva a dizer que não há "um justo meio"; não se pode fixar antecipadamente "quanto de mercado e quanto de não-mercado". É preciso compreender, e assumir, que, uma vez desencadeado o processo, este acabará um dia ou pela vitória do **mercado** (mais correctamente: pelo retorno à dominação capitalista, em sentido global) ou pela do **não-mercado** (mais correctamente, pela dominação das relações de produção socialistas, também **globalmente**) e não qualquer "justo equilíbrio" (4). É a própria dinâmica social, os afrontamentos concretos no terreno da luta de classes, que acabarão por impôr ao poder político as decisões que, **segundo a natureza do poder**, serão ou passos em frente.. ou atrás. De um ponto de vista revolucionário, o único equilíbrio vitorioso é aquele que não permitirá que o sector de mercado subsistente possa reforçar as relações capitalistas, mas aque-



"Projecto de Monumento para a III Internacional", de V. Tatline.

le em que este sector será reduzido a uma actividade subsidiária, controlada, dominada — e deste modo contribuindo também para a acumulação socialista até ao seu desaparecimento. A mais ou menos longa marcha em direcção a uma tal situação é, precisamente, a **transição socialista**. Para lá chegar um dia, é preciso audácia política na tomada de medidas cada vez mais **irreversíveis**.

Insiro aqui a questão das motivações e da informação. Considero uma frase do economista soviético Novozhilov, um daqueles que foram mais longe no questionamento do "modelo estalinista" e preconizaram reformas, apoiadas nas aquisições da econometria, que nunca viram inteiramente a luz do dia no seu país (apenas a Hungria avançou bastante nesta direcção: o "so-

cialismo de mercado"). Ela escreve: "as ameaças, como séculos de experiência administrativa o demonstram, são um estímulo à produção menos eficaz do que o interesse económico ou moral". E, curiosamente, para substituir o sistema estalinista das ameaças, propõe simplesmente o sistema de interesse económico (lucros, prémios, etc.). Diremos, e S.-C. K. connosco, que a motivação socialista não pode ser nem a ameaça vinda de uma burocracia onipotente, nem as "cenouras" materiais do lucro e dos prémios individuais, que são de facto as motivações próprias do capitalismo. A motivação socialista só pode ser **moral** (segundo a expressão de Novozhilov) ou, mais correctamente, só pode ser a da consciência da utilidade social da própria actividade, a do "prazer" da decisão colectiva, a da "ale-

Como atacar o sistema de mercado?

gria" da intervenção social e política — numa palavra, a da "tomada do poder" sobre a própria existência.

S.-C. K. diz, com razão, que a mudança das mentalidades, "é coisa que leva tempo". Sem dúvida. Mas também neste domínio é preciso andar depressa. Melhor: é preciso **deixar andar** depressa. Numa situação de crise pré-revolucionária, massas imensas de trabalhadores descobrem por si próprias tudo o que se ocultava atrás da onipotência das relações mercantis. Milhões de homens dão em pouco tempo passos gigantescos no sentido da mudança de mentalidade que, doutro modo, duraria intermináveis anos. Duvido que, em países fortemente industrializados, esta famosa "conquista da hegemonia gramsciana possa ser deixada aos cuidados de uma "revolução passiva" prolongada; a capacidade de "recuperação" pelo capitalismo de tudo o que se poderia julgar subversivo revelou-se imensa até hoje. As crises pré-revolucionárias são sobretudo — e aí seguimos gramsci — crises de hegemonia. As classes dominantes perderam, temporariamente, a sua hegemonia. Como não ver que são períodos privilegiados para a substituir por outra hegemonia, um outro "sistema de valores", como diriam os sociólogos? A própria transparência que as relações sociais e económicas adquirem nestas fases é sem dúvida uma ajuda poderosa para aqueles que quisessem e pudessem aproveitar.

É a tarefa, entre outras, de uma força política resultante da acção das massas, ou adquirida nas suas conquistas, que apenas poderá aprofundar a sua "consciência social" rapidamente crescente. E para tal será necessário nunca esconder aos trabalhadores o preço duma revolução. E aqui intervem o papel da informação. Com efeito, é provável que, em virtude de uma situação revolucionária e da luta desesperada das classes dominantes em desgraça, o "nível de vida", segundo **critérios anteriores**, acabe por baixar para muitas pessoas. Ora não se conseguirá motivá-las se elas não compreenderem perfeitamente a **troca** que está em causa: **entre o ser e o ter**. E para escolher, é preciso conhecer os dados do problema e da situação. É preciso conhecer e **preferir** os novos critérios, sabendo o preço da sua aplicação. Nestes critérios está a essência do socialismo.

Não se pode ignorar o facto de que, para muitos, incluindo trabalhadores, o **status quo ante** com a sua aparente estabilidade, as suas "oportunidades de promoção", os seus "valores tradicionais", os seus atractivos materiais, etc., pode **parecer** preferível ao desconhecido de uma aventura revolucionária. Mas uma boa parte de esses é constituída por pessoas condicionadas pelo "conformismo" — sendo o conformismo, aliás, segundo Gramsci, uma componente essencial da hegemonia, seja ela qual for. Tais pessoas poderão afinal de um modo bastante fácil viver em conformidade com o novo modelo até ao momento em que tomarão consciência do que é mais justo, mais humano, mais estimulante. Por fim, haverá a minoria dos que são atingidos nos seus interesses profundos (sem falar daqueles em

que a idade não permite a mudança de mentalidade). Uma vez mais, só a existência de um Estado forte conseguirá mantê-los no quadro da nova sociedade por um efeito de dissuasão — não necessariamente pelo exercício da repressão.

Por fim, e uma vez que S.-C. K. fala, e bem, do Chile e de Portugal, seja-me permitido falar um pouco da França. Se procurarmos aplicar à França o que acabo de dizer, que se pode concluir? Modificando ligeiramente uma frase de S.-C. K., diria que "a via da mudança à esquerda efectiva e durável é **ainda mais estreita**, difícil de encontrar, ladeada de múltiplos "impasses", mais do que imagina a própria esquerda francesa.

Com efeito, das duas uma. Ou, após uma vitória eleitoral de uma União da Esquerda, toda a gente se mantém muito disciplinada, esperando as benfeitorias que virão do novo poder, sem reivindicar demasiado, sem levar à aceleração da aplicação das medidas previstas — enquanto outros esperarão, pelo seu lado, as suas fraquezas e ilusões. Neste caso, penso que seria ilusório contar com esta nova Frente Popular para "promover" as mudanças revolucionárias. O poder será apanhado entre as contradições habituais: por um lado, quererá afirmar-se respeitável e capaz de assegurar "a mudança na ordem"; por outro lado, não poderá impedir a desconfiança generalizada dos "meios de negócios" (apesar de tudo os comunistas estão no governo!), incluindo a legião de pequenos e médios empresários em todos os sectores económicos. Os mecanismos económicos (e ideológicos) que o conduzirão à derrota estão a postos e são bem conhecidos. Entendamo-nos: se a vitória eleitoral fosse obtida com 70% ou 80% de votos, as coisas passar-se-iam talvez de um modo um pouco diferente. Mas ninguém pensa que isto seja minimamente provável. Uma vitória com 52%, por exemplo, permite uma "rotação sem incidentes" (e sem revolução, é claro) numa Inglaterra ou numa Alemanha — e, eventualmente, também em França, se fosse a vitória **apenas** do Partido Socialista. Mas, no caso presente, tudo leva a pensar que, sem grandes movimentos de massas, os dias — ou os anos — do novo poder de esquerda estarão contados, e que ele nos deixará apenas a marca de algumas nacionalizações a mais e de algumas reformas mais ou menos importantes.

Outra hipótese poderia ser a que S.-C. K. formula, mas de que ele mostra os riscos se se trata de a realizar no quadro de um programa económico errado: a vitória eleitoral leva a um novo 36-38. Em minha opinião, é a única "hipótese revolucionária", embora não despreze os riscos descritos por S.-C. K. e muitos outros. Aliás, num artigo surgido em *Le Monde* (11 de Março de 1977), N. Poulantzas, mais sensível ao lado político da questão, interroga-se também de um modo surpreendente (querendo precisamente apoiar-se nos casos português e chileno): "Como evitar que não nos encaminhem, lenta mas seguramente, para uma situação de cuplo poder?" Dou a isso a minha resposta, que talvez nem seja a boa: se as massas se põem em movimento, **não haverá meio de o evitar** (excepto por uma intervenção armada). E por isso eu

dizia no início que a via revolucionária é ainda mais estreita do que parece. Porque não se vê facilmente como o muito respeitável governo PS-PCF, impulsionado pelas massas, se assumiria enquanto "governo revolucionário" e tomaria então as medidas sugeridas por S.-C. K. entre outros. Com toda a probabilidade, teríamos uma vez mais uma situação pré-revolucionária típica que só poderia terminar pela derrota conjunta dos "dois poderes" — o do Estado e o das massas, — e é isso o que Poulantzas teme, ou pela emergência de um **novo** poder de Estado, muito imbricado nas massas, que fosse, ele, o poder revolucionário — o único que pode aspirar a "mais autonomia", a motivar as pessoas segundo "novos valores", a fazer compreender as exigências de uma situação de crise e as suas compensações, a alterar na "boa direcção" todas as estruturas — os mecanismos económicos, os comportamentos sociais, as relações de força políticas, as relações de produção, etc., etc.. Numa palavra: é a única oportunidade de "mudar a vida". A França, a França dos trabalhadores, estará preparada para isto? Estão disto conscientes aqueles que votam "à esquerda"?

(1) Dois exemplos apenas: Portugal — *la Révolution en marche*, visão trotskista de Bensaid, Rossi e Udry; o filme "A revolução triunfará?" do famoso americano Robert Kramer, que exprime de facto o ponto de vista do grupúsculo português P.R.P.. Sem falar do apadrinhamento de A. Badiou, na Maspéro, às teses do M.R.P.P., grupúsculo provocatório dito maoísta que se poderia mais justamente catalogar na extrema-direita (*Le Portugal de près*).

(2) Uma excepção, aliás importante. O "peso" real do sector nacionalizado muito inferior aos 60% avaliados por S.-C. K.. Mas este era na realidade o número correntemente citado no momento em que ele escreveu o seu primeiro texto sobre Portugal (Verão de 75).

(3) Por agora foi preciso inventar esta subtilidade porque a Constituição poderá ser revista — admitindo que ainda esteja em vigor... :

(4) A fórmula de "coexistência concorrencial" entre o sector privado e o sector de Estado, enunciado por M. Soares para Portugal, é, nesta perspectiva, claramente uma fórmula de "retorno em pleno capitalismo". Numa economia aberta, com os lucros como critério motor, com o sistema de preços de mercado existente, tal concorrência "leal" só poderá redundar na vitória do capitalismo.

(tradução de B.P.)

"Fraternidade", de Paul Klee.

